DESPACHO N.º 10 / DGEEC/ 2015**Eleição de trabalhadores para a Comissão Paritária**

O artigo 59.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de Dezembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de Dezembro, que estabelece o sistema integrado de gestão e avaliação do desempenho na Administração Pública, designado por SIADAP, prevê que, junto do dirigente máximo do serviço, funcione uma comissão paritária, com competência consultiva para apreciar propostas de avaliação dadas a conhecer a trabalhadores avaliados, antes da sua homologação.

Nos termos do n.º 2 do citado artigo, a comissão paritária é composta por quatro vogais, sendo dois representantes da Administração, designados por despacho do dirigente máximo do serviço, sendo um deles, membro do Conselho Coordenador de Avaliação e dois representantes dos trabalhadores por estes eleitos, ambos **pelo período de 4 (quatro) anos**.

Os vogais representantes dos trabalhadores são eleitos, em número de seis, sendo dois efectivos e quatro suplentes, através de escrutínio secreto pelos trabalhadores que constituem o universo de trabalhadores de todo o serviço, da qual estão excluídos os trabalhadores que exerçam cargos dirigentes ou equiparados.

A atual comissão paritária foi designada pelo despacho N.º 04/DGEEC/2013 de 22/01/2013. Conforme o estipulado no n.º 9 do artigo 59.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de Dezembro, na sua atual redação, a interrupção do mandato de metade do número de vogais efectivos e suplentes, representantes da Administração, por um lado, ou eleitos em representação dos avaliados, por outro, determina a repetição dos procedimentos para designação de representantes.

Nestes termos, e considerando que foi interrompido o mandato dos membros efectivos e de um membro suplente dos representantes dos trabalhadores na comissão paritária, torna-se necessário proceder à operacionalização do processo de eleição dos seus novos representantes que, de acordo com o n.º 10 do Artigo 59.º do diploma acima referida, completarão o mandato daqueles que substituem, passando a integrar a comissão até ao termo do período de funcionamento desta.

Assim, determino o seguinte:

1. A eleição dos representantes dos trabalhadores na comissão paritária **efetuar-se-á no dia 09/09/2015, 4.ª feira**, na sala 1.06 do 1.º andar do edifício da DGEEC, avenida 24 de Julho, 134, funcionando a mesa de voto nos seguintes períodos:

- Das 10h00 às 12h30 e das 14h30 às 16h30.

2. Podem votar na eleição dos seus representantes na comissão paritária os trabalhadores abrangidos pelo processo de avaliação de desempenho da DGEEC (SIADAP 3).
3. A mesa de voto, composta por três membros efetivos e dois suplentes, é constituída pelos trabalhadores que me venham a ser indicados nos termos dos números seguintes.
4. A indicação é efectuada pelos trabalhadores em exercício de funções na DGEEC que, para o efeito, devem comunicar à Direção de Serviços de Administração Financeira e Recursos Humanos (DSAFRH) para o e-mail dgeec.dsafrh@dgeec.mec.pt até ao dia 04/09/2015, 6.ª feira, um nome que propõem para integrar a mesa de voto.
5. No dia 07/09/2014, 2.ª feira, após o apuramento dos resultados, a DSAFRH deve informar-me sobre a constituição da mesa.
6. Se o apuramento dos resultados não permitir a constituição integral da mesa de voto, procederei à designação dos membros em falta, como forma de viabilizar o processo de eleição.
7. No dia em que tiver lugar a eleição, os membros da mesa de voto são dispensados do exercício dos seus deveres funcionais, nos períodos de tempo em que estiverem na mesa de voto, sendo igualmente concedidas facilidades aos restantes trabalhadores pelo período estritamente indispensável para o exercício do direito de voto.
8. Os resultados do processo de eleição dos representantes dos trabalhadores na comissão paritária devem ser-me comunicados até ao dia 10/09/2015, 5.ª feira, após o que serão divulgados através de e-mail a toda a DGEEC e afixados em local público.
9. De acordo com o estabelecido no n.º 7, do citado artigo 59.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, a não participação dos trabalhadores no processo de eleição dos seus representantes implica a não constituição da comissão paritária, sem contudo obstar ao prosseguimento do processo de avaliação, entendendo-se como irrelevante quaisquer pedidos de apreciação feitos a este órgão.

Divulgue-se o presente despacho, nos termos e pelos meios de difusão previstos no citado preceito legal.

Lisboa, 03 de Setembro de 2015.

A Diretora-Geral

(Luísa da Conceição dos Santos de Canto e Castro de Loura)